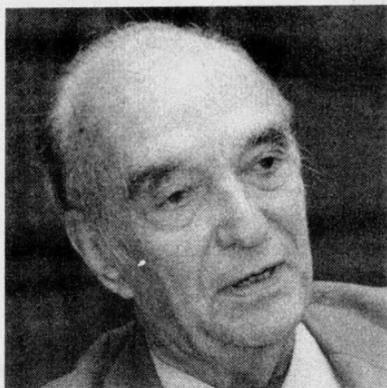


A desinterdição do Senado, afinal



Candido Mendes,
professor e integrante da
Academia Brasileira de Letras

D S T Q Q S S

AS LÓGICAS EMPEDERNIDAS do imobilismo político não contariam mais com a manchete do afastamento de Renan Calheiros. O alagoano manteve-se de maneira inaudita no cargo pelo exercício do sistema, suas barganhas, con-

veniências e, afinal, ameaças abertas. A sobrevivência se fez ao preço da desmoralização-limite do Senado. E neste torvelinho chegou ao máximo de usura de seus membros, expostos à consciência pessoal e à fidelidade partidária, frente ao interesse imediato do situacionismo. A absolvição de Renan pagou-se ao extremo da conservação da maioria do governo, fragilizado pelo *ethos* político diante da corrupção denunciada do regime.

Não se precisa retomar o passo a passo de como o escândalo, junto à opinião pública, prosseguiu a cada toada do desapontamento nacional frente à persistência no Senado dos usos e costumes de tolerância com o uso do poder, seus favores, benesses e silêncios, no toma-lá-dá-cá das clientelas de sempre. De anticlímax em anticlímax, deparamos as hesitações iniciais da Comissão de Ética, a transferência das decisões últimas aos plenários e a de-

sobrigação aliviada, diante do público, pelo voto secreto.

A absolvição de Renan entremostrava também a meia dúzia de abstenções a indicar, de parte dos petistas, o limite já sentido pela liderança do governo num situacionismo a todo custo, diante da pre-

Todo o Congresso tem o seu tempo de clientelas, de barganhas, mas também do basta

missa da democracia profunda que hoje esteia o governo Lula. Mormente quando, nesta lealdade desconfortável, já, a Renan, abundavam os anúncios de futuros probatórios quanto a procedência das incriminações.

O presidente da Casa, de toda forma, salvou-se pela argüição da

falta de evidências, pontuais, concretas, de corrupção, não obstante a convicção nascesse do princípio da razão suficiente, ou da coerência das narrativas que levaram o processo ao julgamento. O coeficiente de indecisos foi o da boa-fé que ainda sustentasse esse entendimento no julgamento inicial. Mas é o que deveria desaparecer frente à catadupa dos novos assédios prometidos pelos processos enfileirados de cassação de que escapou o alagoano no primeiro ato, mas não à permanência do cadafalso.

O status quo no Senado passou ao equilíbrio sem rede para a precaríssima convivência com o escândalo. A *realpolitik* tem também os seus limites diante da ronda da opinião pública. Perdeu-os, de todo, Renan quando, após a vitória de Pirro na absolvição, foi à temeridade sôfrega da forra e da ameaça no jogo de novos desafios, exaurido pela crise.

Todo o Congresso tem o seu tempo de clientelas, de tolerância, de barganhas, mas também do bas-

ta ao abuso da rinha indo ao conflito das facas, grampos e peixeiras. Não foi outro o do terrorismo implantado pelo presidente vencedor contra os seus adversários da véspera, numa violência sertaneja, eliminando da Comissão de Ética os seus inimigos peemebistas – os senadores Jarbas e Simon – para julgamento do alagoano, impertérrito na sua cadeira de João Tenório.

O mal-estar, na semana passada, no Senado, foi o desta consciência individual, impondo-se, de direito, à consciência política. O desconforto de Renan Calheiros na última reunião que presidiu já foi o da desconsideração, pelos seus pares, do homem público, à margem dos probatórios e das convicções, em bem das certezas que vão ao caráter e ao olho no olho. A licença sem volta que se lhe impôs, mais que uma última sabedoria tática, ditou-se por uma desobstrução literal – tal como se respira – a votar, discursar ou apartear na casa de Ruy Barbosa, Daniel Krieger ou Affonso Arinos.